MANIFESTAÇÃO DE VOTO APRESENTADA À MESA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, REALIZADA EM 1º DE JULHO DE 2025

Conforme consignado em voto apresentado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de junho de 2024, ressalvo que, desde as primeiras minutas de Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), o subscritor da presente manifestou-se contrariamente a diversos aspectos da estrutura e das condições que vieram a ser implementadas no referido negócio jurídico. Por brevidade, faço referência ao voto apresentado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de março de 2023, reiterado em todas as oportunidades nas quais o tema foi submetido à discussão e deliberação deste órgão.

Independente das posições anteriormente adotadas, o PRJ foi aprovado pela Assembleia Geral de Credores da Companhia, realizada em 19 de abril de 2024, tendo ele sido homologado pelo Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, conforme decisão publicada em 29 de maio de 2024.

Desde então, a Administração da Companhia tem diligenciado para dar o melhor cumprimento possível aos termos do PRJ, bem como adequar a estrutura de capital dela. Destaque-se, dentre outras iniciativas, os trabalhos de descomissionamento de cobre, venda de ativos – destacando-se M&A, créditos judiciais, cobre aéreo e imóveis – e a renegociação de contratos com fornecedores. Os créditos e economias até agora obtidos tem tido a destinação aprovada no PRJ.

Entretanto, as insuficiências do PRJ original já se tornam evidentes e obrigam o Conselho de Administração a se debruçar sobre o fato, verificável nos números da Companhia, de que a reestruturação aprovada, em que pesem as iniciativas e esforços referidos, não seja suficiente para adequar o fluxo de obrigações à capacidade de pagamento dela.

Nesse sentido, a Diretoria propõe ao Conselho de Administração, neste momento e nos itens 4 e 8 da Ordem do Dia da reunião realizada no dia 25 de junho de 2025, medidas destinadas a proteger e resguardar os interesses da Companhia, notadamente, promovendo ajustes no PRJ original, de modo a promover uma redistribuição mais adequada dos ativos da Companhia entre ela e seus credores.

Os riscos e aspectos jurídicos e econômicos dessas deliberações foram oportunamente discutidos com os assessores da Companhia, em 18 e 25 de junho, registrando-se a opinião deles de que: (a) sob o aspecto financeiro, as medidas ora adotadas são imprescindíveis para resguardar o interesse da Companhia, em especial a capacidade dela de continuar a fazer frente às obrigações com seus credores e demais *stakeholders*; e (b) sob o aspecto jurídico, as medidas ora propostas possuem embasamento legal apropriado.

Nesse sentido, em que pesem as ressalvas já apresentadas em relação ao PRJ original, considerando o melhor interesse da Companhia e os aspectos acima aduzidos, vota-se favoravelmente à proposta ora apresentada.

Assinado por:

Raphael Manhães Martins

979BA4B6958C4B5...

Raphael Manhães Martins